



A maçã feia de Colombo

Sempre desconfiei de ações políticas que se baseiem em opções de consumo – seja promoção ou boicote. Primeiro, porque importam a lógica do mercado para a democracia. Em vez de cidadão, sou consumidor. Em vez da lei regular a vida em sociedade, regula o mercado de que eu faço parte. Quanto mais poder aquisitivo, mais poder de pressão. É por isso um contrassenso que este tipo de ação política tenha tanta popularidade à esquerda. Depois, porque me sinto desconfortável com a construção de realidades alternativas. Não porque elas não sejam legítimas, mas porque correspondem, grande parte das vezes, a uma confissão de derrota. Em vez de mudar o mundo, criamos um só para nós próprios e para os nossos amigos.

Mas nada disto implica que neguemos a nós próprios o direito e o dever de agirmos, enquanto produtores, consumidores, trabalhadores ou profissionais, de acordo com os princípios que defendemos. É sempre nesta tensão entre o particular e o geral, o global e o local, o pessoal e o institucional, a prática e a teoria, que se fez a política. Quem se limita a agir segundo as suas convicções na vida quotidiana e se demite dos grandes combates políticos é inconsequente, quem participa nos grandes combates políticos e os ignora nas escolhas quotidianas é incoerente. E todos nós temos um pouco das duas coisas.

Hoje, ao contrário dos outros dias, é sobre uma pequena escolha quotidiana que quero falar. Ou melhor, uma grande causa com uma pequena solução. A grande causa, são, na realidade, várias, todas elas centrais nos tempos que correm: o combate ao desperdício, a proteção do ambiente e a defesa das economias locais. A resposta nasceu de uma multiplicação de ofertas comunitárias de que vou, pedindo desculpa a outras semelhantes e comprometendo-me a ir dando a conhecer movimentos deste género, destacar uma: a Fruta Feia.

Diz-se que a agricultura moderna mecanizada, assim como a globalização, é responsável pelo combate à fome. Não vou aqui contestar essa afirmação, apesar dela merecer um debate um pouco mais cuidadoso sobre a racionalidade com que usamos o solo, a opção pelos transgénicos, a política de patentes na agricultura e vários outros temas que exigem tempo e disponibilidade para serem tratados. Fico-me por esta informação: segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), os países industrializados desperdiçam o suficiente para alimentar cerca de 925 milhões de pessoas que passam fome no mundo. Claro que isto não quer dizer que se não desperdiçassem essas pessoas seriam alimentadas, quer pelo menos dizer que provocamos impactos desnecessários no ambiente. Só em Portugal são desperdiçadas um milhão de toneladas de alimentos por ano (17% do que produzimos).

SÓ EM PORTUGAL SÃO DESPERDIÇADAS UM MILHÃO DE TONELADAS DE ALIMENTOS POR ANO (17% DO QUE PRODUZIMOS). A PREFERÊNCIA DOS DISTRIBUIDORES POR LEGUMES E FRUTOS COM TAMANHOS E FORMAS NORMALIZADOS, SEM QUE ISSO TENHA QUALQUER RELAÇÃO COM A QUALIDADE, É RESPONSÁVEL POR QUASE UM TERÇO DO DESPERDÍCIO DA NOSSA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Há várias razões para este desperdício e as mais irritantes têm a ver com lógicas de mercado um pouco absurdas, como a adoção de prazos de validade demasiado apertados para que se comprem quantidades desnecessárias e a preferência dos distribuidores por legumes e frutos com tamanhos e formas normalizados, sem que isso tenha qualquer relação com a qualidade. Só este último capricho é responsável por quase um terço do desperdício da nossa produção agrícola.

Para além do desperdício, há outra questão que, não sendo explicitada pelos promotores deste projeto, me preocupa: a da proximidade da produção em relação ao

consumo. Isto tem razões ambientais e económicas. As ambientais são evidentes: consumir o que se produz perto de casa reduz a pegada ecológica. Para isso, só temos de regressar, na medida do possível, a um hábito antigo: adaptar a nossa alimentação ao que se produz no lugar onde vivemos. Com vantagens culturais: em vez de uniformizarmos o mundo, mantemo-lo culturalmente mais variado. A razão económica também é clara: economias que sejam mais autossuficientes do ponto de vista alimentar estão mais preparadas para momentos de crise; mais proximidade implica menos intermediários e mais recursos para os produtores; os produtores locais são consumidores locais, o que contribui para a prosperidade de todos.

A Cooperativa de consumo Fruta Feia é uma espécie de ovo (ou maçã) de Colombo. Os produtores conseguem vender a um preço justo a fruta e os legumes que fogem dos padrões normalizados de tamanho e forma e que, por nenhuma razão racional, iriam para o lixo. Os compradores conseguem comprar fruta e legumes de excelente qualidade (muito melhor do que nas grandes superfícies) a um preço mais baixo. A Fruta Feia faz o que costuma faltar a estes projetos alternativos de comércio: em nome de uma boa causa garantem vantagens para consumidores e produtores, não dependendo da sempre falível generosidade humana. Os agricultores, que são da região onde existem pontos de venda (em Lisboa são, por exemplo, da zona Oeste e do Vale do Tejo) e que podemos conhecer a sua identidade no site, conseguem um rendimento que estaria perdido. Os compradores conseguem fruta e legumes melhores e mais baratos. O que ainda assim sobra é entregue ao núcleo da ReFood da zona.

A Fruta Feia nasceu há três anos, já tem quatro pontos de distribuição nas regiões de Lisboa e do Porto e tem cerca de 2500 associados. Por cada ponto de distribuição aberto tem um novo funcionário. O que, para quem, como eu, acredita que as alternativas não podem depender exclusivamente de boa-vontade e voluntariado, é uma boa notícia.

Em todas as sociedades socialistas havia ilhas de capitalismo e em todas as sociedades capitalistas há ilhas de socialismo. Não chamarei à Fruta Feia uma ilha de socialismo. O mercado está presente e a cooperativa tem um modelo de negócio bem delineado. A única desvantagem perante concorrentes é não estarem presentes no mesmo local onde tudo o resto se vende. Mas oferece uma ilha de racionalidade económica num mercado onde distribuidor, consumidor e produtor não têm o mesmo poder e o primeiro consegue impor regras piores para todos os outros. E casa esta racionalidade, como nem sempre se consegue, com a proteção do ambiente e a defesa da economia local.